

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.214 - SP (2019/0295199-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : LOURIVAL FELICIO  
**RECORRENTE** : CLAUDIONOR DA JUSTA MOTA  
**RECORRENTE** : VENILSON ALVES MOURA  
**RECORRENTE** : PAULO BENEDITO FERREIRA MENDES  
**RECORRENTE** : FRANCISCO SERAFIM FILHO  
**RECORRENTE** : OSMAR ANTONIO MONDONI  
**RECORRENTE** : LEONARDO MELHADO CAMARGO  
**RECORRENTE** : ROBERTO ROMEU RODRIGUES  
**RECORRENTE** : MESSIAS PEREIRA DE FARIA JUNIOR  
**RECORRENTE** : PAULO ROBERTO CAVALHEIRO  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720  
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006  
**RECORRIDO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444  
**RECORRIDO** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADO** : FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444  
**AGRAVADO** : LOURIVAL FELICIO  
**AGRAVADO** : CLAUDIONOR DA JUSTA MOTA  
**AGRAVADO** : VENILSON ALVES MOURA  
**AGRAVADO** : PAULO BENEDITO FERREIRA MENDES  
**AGRAVADO** : FRANCISCO SERAFIM FILHO  
**AGRAVADO** : OSMAR ANTONIO MONDONI  
**AGRAVADO** : LEONARDO MELHADO CAMARGO  
**AGRAVADO** : ROBERTO ROMEU RODRIGUES  
**AGRAVADO** : MESSIAS PEREIRA DE FARIA JUNIOR  
**AGRAVADO** : PAULO ROBERTO CAVALHEIRO  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720  
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006  
**INTERES.** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado por **Lourival Felicio e Outros** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 340):

*POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Prescrição afastada. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Recomposição das correspondentes diferenças dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Ação proposta por policiais militares inativos e da ativa. Responsabilidade somente do Estado, porquanto, para o período postulado, de 29-08-2003 a 28-08-2008, ainda permanecia com o Estado os encargos das aposentadorias de todos os servidores públicos estaduais, sendo seus os encargos com o pessoal da ativa. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Recurso parcialmente provido para, extinguindo o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a São Paulo Previdência, afastar a prescrição e julgar procedente a demanda.*

Opostos embargos declaratórios, foram não conhecidos (fls. 365/367).

Sustentam os recorrentes, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 240 do CPC/15 c/c o art. 405 do Código Civil, ao argumento de que "o termo inicial dos juros de mora deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora do mandado de segurança que a embasou, porquanto é este o momento em que se constitui em mora do devedor quanto ao pagamento dos efeitos patrimoniais vindicados" (fl. 412).

Por fim, requerem o provimento do recurso especial, "com o fito de reformar o v. acórdão ora combatido, para fixar a data da notificação da autoridade

# Superior Tribunal de Justiça

*coatora no writ coletivo como termo inicial dos juros de mora na presente ação ordinária de cobrança, pois é o momento em que se efetiva a interrupção do prazo prescricional e a evidente constituição em mora do devedor" (fl. 419).*

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal de origem deu à controvérsia solução diversa daquela fixada na jurisprudência desta Corte, no sentido de que "*o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no writ*" (**AgInt no REsp 1.711.432/DF**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/08/2018).

Nesse mesmo sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. TÍTULO FORMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. FILIAÇÃO NA ENTIDADE ASSOCIATIVA À ÉPOCA DA IMPETRAÇÃO. DESNECESSIDADE. POLICIAL MILITAR. ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO (ALE). DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º E 4º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE.*

*1. Conforme pacífico entendimento jurisprudencial do STJ, há legitimidade ativa do associado para execução do título executivo judicial, formado em Mandado de Segurança Coletivo, ainda que seu ingresso na associação se dê após a impetração do mandamus.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que "o termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no writ, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do CPC/1973, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor" (REsp. 1.151.873/MS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 23.3.2012).*

*3. Nas causas em que é parte a Fazenda Pública, para a fixação de honorários nos termos do art. 85 do CPC/2015, é*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*imprescindível a aplicação inicial dos §§ 3º e 4º, recorrendo-se, subsidiariamente, ao § 8º apenas na hipótese de proveito econômico irrisório ou de valor da causa muito baixo.*

*4. Agravo em Recurso Especial não conhecido e Recurso Especial provido para reformar o acórdão recorrido fixando como termo inicial dos juros de mora a data em que a autoridade coatora foi notificada no Mandado de Segurança Coletivo 0029622-82.2011.8.26.0053 e determinando que os honorários advocatícios de sucumbência sejam arbitrados na fase de liquidação do julgado, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 85, §§ 2º, 3º e 4º do CPC/2015.*

**(REsp 1.792.376/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/04/2019)**

**ANTE O EXPOSTO**, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para reformar em parte o acórdão recorrido, a fim de fixar como termo inicial dos juros de mora a data da notificação da autoridade apontada como coatora no Mandado de Segurança Coletivo 0600593-40.2008.8.26.0053.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator